

AGRONEGÓCIO COMO NEGÓCIO DO MUNICÍPIO: diretrizes para o progresso local no interior paulista

José Sidnei Gonçalves¹

1 - INTRODUÇÃO

A posse das novas autoridades municipais em janeiro de 2001, já sob a égide da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, dá início a um novo estágio da gestão dos municípios e, com isso, mesmo para os prefeitos reeleitos, as regras da administração e as possibilidades de realização alteram-se de forma drástica. Desde logo, a idéia de planejamento faz parte do cotidiano da administração pública municipal, exigindo providências explícitas para romper com a prática do improvisado que pode estrangular a capacidade de realização, chegando ao limite de poder inviabilizar decisões inadiáveis porque estratégicas.

Tendo como base a constatação de que, para a esmagadora maioria dos municípios paulistas, o agronegócio configura-se como o segmento fundamental das suas economias e talvez a única possibilidade de alavancagem do desenvolvimento sustentável, este trabalho procura elencar diretrizes que possam ser consideradas na elaboração do constitucionalmente necessário Plano Plurianual de Desenvolvimento Integrado Rural e Urbano Municipal 2001-2005. Obviamente a especificidade do Município dará corpo particular aos pontos destacados e incorporará outros, mas é importante que não se perca a noção de que o território municipal é parte de um espaço geográfico maior, e que o próprio Poder Municipal está inserido numa institucionalidade mais ampla.

2 - AGRONEGÓCIO: única fonte de geração de riqueza e base econômica de 82% dos municípios paulistas

¹Engenheiro Agrônomo, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola, Coordenador da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA).

Ancorada na premissa de que são as transformações econômicas que movem o desenvolvimento econômico e social, a estruturação de uma política consistente dos municípios pressupõe o conhecimento dos seguintes axiomas:

- O enfrentamento da necessidade de desenvolver os municípios paulistas passa necessariamente pela valorização do agronegócio como atividade estratégica no espaço municipal.
- O comércio local e toda estrutura de serviços urbanos nessas municipalidades giram em torno do movimento das suas lavouras e criações, sendo que, em anos de safra boa, há um nítido ânimo da vida local, caso contrário, cria-se um clima de dificuldades.
- As oportunidades de trabalho giram em torno dos agronegócios, como mecânicos de maquinaria agrícola, para não citar o enorme fluxo de gente por ocasião das colheitas, em especial o contingente de bóias-frias que se deslocam pelas manhãs e tardes, das periferias das cidades para as roças.
- A maioria dos problemas sociais e de acesso aos serviços públicos decorrem diretamente de questões relacionadas à produção no campo, por parte de cidadãos que, embora não sejam mais rurais pois residem nas cidades, ainda têm como fonte de renda o trabalho nas lavouras e criações. E para a maior parte deles, não há outra alternativa.

3 - AGRONEGÓCIO: agregação de valor com geração de oportunidades de trabalho e de incremento da renda

O desenvolvimento municipal, para ser realizado com sucesso, promovendo as transformações estruturais desejáveis na concepção de sua estratégia, precisa levar em conta a procura, na sua própria realidade, de vantagens comparativas que possam ser exploradas e transformadas

em vantagens competitivas. Assim, é importante observar os seguintes preceitos:

- Muitos municípios, atraídos pelo discurso industrialista das últimas 4 décadas, passaram a organizar distritos industriais no afã de atrair fábricas, que gerariam emprego e riqueza nas suas cidades. A grande maioria das iniciativas se converteram em rotundos fracassos, e, mesmo quando fábricas foram montadas, não criaram para os nativos da cidade as oportunidades de emprego almejadas.
- No interior não há possibilidade de sucesso para qualquer indústria. É preciso que as fábricas trabalhem com matérias-primas locais. Assim, em municípios cuja base econômica são as lavouras e criações, a agroindústria se converte na grande alternativa de agregação de valor.
- A agroindústria não se resume à irradiação de fábricas, pois a produção de bens intermediários manufaturados representa apenas a passagem para a base produtora de bens finais. Além do mais, há um amplo espaço para a logística garantidora da qualidade de produtos frescos, representada pelos *packing houses*.
- Por outro lado, há uma imensa gama de serviços especializados que se agrega às cadeias de produção dos agronegócios, contribuindo de forma decisiva para a alavancagem da renda e incremento das oportunidades de trabalho.

4 - MUNICÍPIO COMO UNIDADE DE PLANEJAMENTO: visão de desenvolvimento integrado rural e urbano

A estratégia de desenvolvimento municipal, ainda que sejam visíveis especificidades do campo e da cidade, não pode pautar-se por medidas isoladas, sem uma visão de conjunto, pois as transformações somente são factíveis para todo o espaço territorial municipal. Assim:

- A separação das questões cruciais da vida municipal em rurais e urbanas não representa a forma mais correta de enfrentar o planejamento da ação pública municipal. Certos problemas urbanos, como o abastecimento de água limpa, dependem diretamente da realidade rural, além da própria qualidade de vida urbana, pela manutenção de postos de trabalho no campo para um contingente de pessoas residentes nas cidades.
- O planejamento da ação pública municipal deve, ainda, priorizar rumos para o desenvolvimento do município, agregando a condição de

preservação ambiental como um elemento intrínseco de sua economia, ou seja, deve encará-la na perspectiva de desenvolvimento sustentável.

- A estratégia de alimentação também representa um elemento essencial da política municipal para o agronegócio, dentro da visão social democrata de colocar o acesso ao alimento como direito inalienável do cidadão. Dessa maneira, a globalidade da ação abrange a garantia do pleno abastecimento, seja pela produção local com qualidade certificada, seja pela estruturação do atendimento do fluxo de demanda a partir de produtos de outras localidades, tendo a qualidade certificada como requisito.
- Assim, o planejamento da ação pública municipal, no capítulo do agronegócio, não pode ser feito sem levar em conta a globalidade do espaço territorial do município, tendo como pressuposto o desenvolvimento dessa potencialidade essencial da economia local, rompendo com os limites campo-cidade, no enfoque de desenvolvimento integrado rural-urbano municipal.

5 - PRODUÇÃO LOCAL DE PRODUTO GLOBAL: certificação de qualidade como requisito da competitividade

O Município, ainda que uma unidade administrativa autônoma, não tem sua economia isolada do mundo e, assim, não existe autonomia municipal para se pensar um processo de desenvolvimento como se o território municipal fosse fechado em si mesmo, com vida autárquica. As regras para a inserção no mundo globalizado são determinantes do sucesso local, devendo-se verificar que:

- A certificação de qualidade, definida dentro de uma rastreabilidade adequada, representa uma exigência da competitividade do agronegócio nos mercados externo e interno. Esse fato conduz a uma necessidade de articulação consistente da estrutura produtiva local com as normas globais de regulação. Noutras palavras, trata-se de pensar globalmente e agir localmente.
- Isso implica o fato de que a ação municipal deve ter, nas suas diretrizes, a estruturação dos mecanismos municipais de defesa sanitária, tanto como um compromisso de saúde pública para garantir a inocuidade dos alimentos consumidos pelos munícipes, como para permitir a inserção consistente do produto local nos distintos mer-

cados.

- A sofisticação dessa política no tempo deve buscar a consistência das vantagens locais, de modo a permitir diferenciação de origem, ou seja, a ocupação de nichos de mercado com produtos com selo de origem local atestando qualidades intrínsecas e extrínsecas peculiares, que possam ser convertidas em oportunidades comerciais.
- A produção de qualidade exige recursos humanos formados para a qualidade, podendo ser o eixo de uma importante política social municipal. O maior capital desse mercado de produtos diferenciados é exatamente o capital intelectual, habilitado plenamente para agir orientado pela qualidade total. Esse requisito conduz à melhoria da qualidade de vida municipal, certificando propriedades, depois bairros, depois municípios, depois regiões, depois o estado, como estratégia de certificação do produto do agronegócio nacional.

6 - GLOBALIDADE DA AÇÃO MUNICIPAL: não há município fora da região, do estado, do país e do mundo, nem produto fora da sua cadeia de produção

Em adição ao pressuposto anterior, não há o menor sentido que decisões municipais não estejam integradas numa visão mais ampla do espaço econômico. Na maioria das vezes, essas decisões se vêem frustradas e geram enormes desperdícios de recursos escassos e precoce desgaste da administração municipal. Nesses termos, deve-se levar em conta que:

- A ação pública municipal, para ganhar consistência, há que inserir o município num projeto regional articulado, dadas as enormes interações decorrentes das complementaridades geoeconômicas. Nesse contexto, muitos dos problemas e desafios a se enfrentar não permitem soluções locais isoladas.
- Da mesma maneira deve ser encarada a política de desenvolvimento regional, quanto à sua inserção no movimento mais geral da economia estadual. As especificidades devem ser consideradas como oportunidades, lembrando que a preexistência de vantagens peculiares na maioria das vezes não conduz ao sucesso competitivo.
- A visão de cadeia de produção, transpassando

toda a economia local, é fundamental para a competitividade da economia municipal e, como na maioria das vezes a seqüência de elos ultrapassa os limites do território municipal, há que ser mantida uma articulação forte com os segmentos colocados fora do município.

- Numa visão geral da globalidade da ação municipal, há que se praticar a visão política de contemplar, numa mesma ação programática, todos os agentes das principais cadeias de produção locais. Assim, o agronegócio não é assunto apenas de lavradores e pecuaristas, mas de trabalhadores rurais, do comércio, da indústria e da estrutura de serviços locais.

7 - IDÉIAS ESTRATÉGICAS DE OPERACIONALIZAÇÃO DA VALORIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO MUNICIPAL

No intuito de se tornar objetiva a prioridade para o agronegócio, é determinante que os recursos dos orçamentos municipais sejam realmente alocados no desenvolvimento setorial, numa estratégia organizada e transparente, centrada em atos e fatos que dêem solidez à decisão. De início, é fundamental cuidar-se do pressuposto da formulação de um Plano Plurianual de Desenvolvimento Integrado Rural e Urbano Municipal 2001-2005, não apenas atendendo a uma exigência constitucional explícita, mas realizando-o em bases sólidas e com ampla participação dos interessados na sua formulação e priorização. Esse documento necessariamente preverá decisões fundamentais e, dentre essas medidas, pode-se citar como básicas:

- **Estruturação do Serviço Municipal do Agronegócio.** Organização nas diversas municipalidades de uma estrutura pública municipal articuladora das ações para o agronegócio, aberta a todos os segmentos das cadeias de produção locais, que atuará definindo objetivos e metas dentro de uma estratégia de desenvolvimento municipal preestabelecida. A base da legitimidade seria dada pelo Conselho Municipal do Agronegócio, com representação das principais lideranças formais ou informais ligadas ao setor, da lavoura ao supermercado.
- **Agronegócio na Geografia Municipal.** Desenvolvimento de trabalho educativo, fundamentalmente centrado nas crianças em idade escolar, procurando desenvolver nelas uma consciência

de respeito e valorização para com as atividades dos pais, sua relevância para a vida do município, do estado e da nação, além de uma relação positiva com a paisagem rural local, em termos de cultura e valor social.

- **Agentes Comunitários de Alimentação.** Organização das populações residentes nas periferias das cidades nos mesmos moldes das bem-sucedidas atuações dos agentes comunitários de saúde, com ações preparatórias de pessoas escolhidas nas próprias comunidades, para que passem a disseminar práticas ligadas ao efeito positivo do consumo de alimento sadio, seu aproveitamento integral e educação para hábitos alimentares saudáveis.
- **Portal de Informações do Agronegócio.** Estruturação de um sistema de informações, interativo com os usuários, para acesso rápido a informações setoriais disponíveis nos vários sites do assunto. Localizado como base do Serviço Municipal do Agronegócio, esse portal reduziria custos e propiciaria informações em tempo real para que os agentes das cadeias de produção decidam plantar, optar por dada técnica, comprar ou vender insumos, serviços e produtos, potencializando sua capacidade operacional.
- **Caminhos do Desenvolvimento.** Articulação

de um plano estratégico para as estradas rurais municipais, identificando prioridades a partir do volume de produção atendido, com definição das vias mestras e das coletoras, ganhando em eficácia a ação do Governo Municipal de manutenção de estradas rurais.

- **Agronegócio Familiar: transformando pequenas lavouras em grandes negócios.** Estruturação dos pequenos e médios lavradores e criadores em qualquer tipo de organização formal ou informal, compatibilizando seus anseios com os objetivos maiores da municipalidade, em termos de desenvolvimento dos agronegócios, e, principalmente, ampliando os horizontes das suas respectivas estruturas produtivas, dentro da concepção de somar para multiplicar, sustentando projetos que levem à máxima agregação de valor.
- **Qualidade de Vida Começa na Roça.** Atuação no intuito de orquestrar interesses que levem à maior sinergia entre o campo e a cidade, valorizando ações que conduzam às idéias de Propriedade Sadia, Ambiente Sadio, Alimento Sadio e Cidadão Sadio, como base de uma Cidade Sadia com Alta Qualidade de Vida.